

**ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 531**  
**DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : **MIN. GILMAR MENDES**  
**REQTE.(S)** : **PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL E OUTRO(A/S)**  
**ADV.(A/S)** : **LENIO LUIZ STRECK E OUTRO(A/S)**  
**INTDO.(A/S)** : **PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**  
**ADV.(A/S)** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**

**DECISÃO:** Trata-se de arguição de descumprimento de preceito fundamental proposta pelo **Partido Comunista do Brasil** e pelo **Partido dos Trabalhadores** contra o ato omissivo da Presidência do Supremo Tribunal Federal, que não inseriu no calendário de julgamento a Medida Cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade 54.

Sustentam que o “preceito fundamental da presunção de inocência, assegurado pelo art. 5º, incisos LVII e LXI, da Lei Maior, está sendo lesionado pela Presidente dessa Suprema Corte diante da insistente recusa de pautar o julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 54 — na qual se busca ver reconhecida a necessidade do trânsito em julgado de sentença condenatória para o início do cumprimento de pena, exatamente como previsto no Texto Constitucional”.

Requerem medida liminar “determinando aos tribunais que suspendam os efeitos das decisões judiciais de execução provisória da pena condenatória em segunda instância (art. 5º, §3º, da Lei nº 9.882/1999) até o julgamento em plenário da ADC 54”.

Decido.

As arguições de descumprimento de preceito fundamental (art. 102, § 1º, da CF) foram propostas por legitimados – partidos políticos com representação no Congresso Nacional, conforme art. 103, VII e VIII, da CF, combinado com art. 2º, I, da Lei 9.882/99.

Têm por objeto “preceito fundamental da presunção de inocência, assegurado pelo art. 5º, incisos LVII e LXI, da Lei Maior”. Esse direito seria ameaçado pelo ato da Presidente do STF que deixou de pautar a ADC 54.

Quanto ao **parâmetro de controle**, é muito difícil indicar, *a priori*, os

## ADPF 531 / DF

preceitos fundamentais da Constituição passíveis de lesão tão grave que justifiquem o processo e julgamento da arguição de descumprimento.

Não há dúvida de que alguns desses preceitos estão enunciados, de forma explícita, no texto constitucional.

Assim, ninguém poderá negar a qualidade de preceitos fundamentais da ordem constitucional aos direitos e garantias fundamentais (art. 5º, dentre outros). Da mesma forma, não se poderá deixar de atribuir essa qualificação aos demais princípios protegidos pela cláusula pétrea do art. 60, § 4º, da CF: o princípio federativo, a separação de poderes e o voto direto, secreto, universal e periódico.

Por outro lado, a própria Constituição explicita os chamados “princípios sensíveis”, cuja violação pode dar ensejo à decretação de intervenção federal nos estados-membros (art. 34, VII).

No presente caso, apontam-se como parâmetro direitos fundamentais.

Logo, a norma invocada como parâmetro é, em tese, adequada.

Quanto ao **objeto**, a suposta afronta a preceito fundamenta resulta de ato do Poder Público – omissão em incluir ação direta no calendário de julgamentos do STF. Atende-se, portanto, à parte final do art. 1º da Lei 9.882/99.

No entanto, nem ao menos em tese, a lesão a preceito fundamental temida decorre do ato do Poder Público em questão.

Por mais relevante que possa ser a questão debatida, a Presidência do STF tem poder de organizar a ordem dos processos a serem julgados.

No caso concreto, o tempo de pendência da ação anterior é exíguo. A ADC 54 foi liberada para a pauta de julgamento do Tribunal Pleno em 19.4.2018. A pauta foi publicada em 23.4.2018. Portanto, faz pouco mais de dois meses que a medida liminar pende de julgamento.

Além disso, não se trata de questão ainda não discutida, a merecer uma solução primeira e urgente do Tribunal.

A questão da possibilidade de cumprir as penas após a condenação em Tribunal de segunda instância já ocupou o Pleno do STF em diversas oportunidades nos últimos anos. Até o momento, a orientação do

## ADPF 531 / DF

Tribunal é no sentido de que não há violação à presunção de inocência.

Este tema foi apreciado pelo Pleno em ação individual no HC 126.292, Rel. Min. Teori Zavascki, em 17.2.2016, e nos respectivos embargos de declaração, em 2.9.2016. Voltou ao Pleno em medida cautelar no controle concentrado de constitucionalidade – ADCs 43 e 44 MC, Relator Min. Marco Aurélio, redator para acórdão Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 5.10.2016. Foi deliberado em recurso extraordinário sob o regime da repercussão geral – ARE 964.246, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 11.11.2016. E ainda retornou ao Pleno em ação individual – HC 152.752, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 5.4.2018.

Além disso, a jurisdição criminal segue ocupada com a questão, apreciando os casos concretos. São inúmeros os exemplos de decisão do próprio STF suspendendo execuções de condenações antes do trânsito em julgado, especialmente em delitos praticados sem violência e em face de relevância de fundamento recursal.

Portanto, mesmo que o tema não tenha sido reapreciado pela via da ação direta, trata-se de questão constitucional que já ocupou o Pleno do STF e está entregue à jurisdição ordinária.

Dessa forma, a despeito da relevância da ação pendente, não há, nem ao menos em tese, omissão grave e relevante da Presidência do STF, ensejando ameaça a preceitos fundamentais.

Ante o exposto, **indefiro a petição inicial**, na forma do art. 4º da Lei 9.882/99.

Publique-se. Int..

Brasília, 29 de junho de 2018.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*